

JULGAMENTO COMO CATEGORIA AVALIATIVA: O DESEMPENHO DE DILMA ROUSSEFF EM FOCO

Glivia Guimarães Nunes*
Sara Regina Scotta Cabral**

Resumo: Este estudo tem o embasamento teórico do Sistema de Avaliatividade, de Martin & White (2005), teoria que se preocupa em categorizar as avaliações que tecemos em relação a pessoas e seus comportamentos, a eventos e a objetos. O Sistema de Avaliatividade abrange três subsistemas – a atitude, o engajamento e a gradação. O foco deste estudo é uma das categorias semânticas da atitude, o julgamento. Essa categoria avalia, positiva ou negativamente, o comportamento dos indivíduos. Nosso objetivo é analisar, em uma porção de linguagem, como se manifestam julgamentos em relação ao comportamento de uma pessoa. Para isso, tomamos como exemplo um editorial que tem como foco a atuação da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. O texto foi publicado na edição *online* do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de abril de 2012. Inicialmente, realizamos a análise contextual do editorial, identificando as variáveis campo, relações e modo. Em seguida, fazemos a análise semântico-discursiva, identificando e classificando as manifestações de julgamento. Por fim, interpretamos esses resultados, que apontaram para o predomínio de avaliações negativas acerca da atuação da presidenta, o que foi evidenciado pela alta incidência de ocorrências de julgamentos negativos de tenacidade e capacidade.

Palavras-chave: Sistema de Avaliatividade. Julgamento. Editorial. Dilma Rousseff.

Abstract: This study has as its theoretical basis The Appraisal System, developed by Martin & White (2005), a theory which worries about categorizing the evaluations we weave with regard to people and their behaviors, to events and to objects. The Appraisal System encompasses three subsystems - attitude, engagement and graduation. The focus of this study is one of the semantic categories of attitude, the judgment. This category evaluates, positively or negatively, the behavior of people. Our objective is to analyze how are expressed judgments about a person's behaviour. For this, we take as example an editorial that focuses on the role of the president of Brazil, Dilma Rousseff. The text was published on the online edition of *O Estado de S. Paulo* newspaper, on the 11th of April, 2012. Initially, we performed the contextual analyses of the editorial, identifying the variables field, tenor and mode. On the following, we carried out the semantic-discursive analyses, identifying and classifying the manifestations of judgment. At last, we interpreted these results, which pointed to the predominance of negative opinions about the performance of the president, which was evidenced by the high incidence of reports of negative judgments of tenacity and ability.

* Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço eletrônico: gliviagn@gmail.com

** Departamento de Letras Vernáculas do Curso de Letras e Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço eletrônico: sara.scotta.cabral@gmail.com

Key-words: Appraisal System. Julgamento. Editorial. Dilma Rousseff.

Considerações iniciais

Através da linguagem, dispomos de recursos que propiciam a manifestação de nossas opiniões. Por conta disso, em nosso cotidiano, é comum avaliarmos, tanto positiva quanto negativamente, eventos, objetos, pessoas e seus comportamentos. A fim de categorizar os recursos linguísticos que empregamos ao manifestar essas avaliações e as perspectivas que expressamos em nossos textos, Martin & White (2005) propuseram o Sistema de Avaliabilidade. Essa abordagem, que se assenta na Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), organiza um sistema constituído de três subsistemas, a saber: atitude, engajamento e gradação. A atitude engloba as categorias de afeto (avaliação de sentimentos humanos), julgamento (avaliação das ações humanas) e apreciação (avaliação de qualidades estéticas). O foco deste estudo é a categoria semântica de julgamento, empregada quando avaliamos o comportamento de um indivíduo.

Com base nisso, o nosso objetivo é analisar, em uma porção de linguagem, como se manifestam julgamentos em relação ao comportamento de uma pessoa. Para isso, tomamos como exemplo um editorial que tem como foco a atuação da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Escolhemos o editorial por ser um gênero que privilegia a avaliação, já que expõe a opinião de um veículo da imprensa em relação a um acontecimento em repercussão no momento. Decidimos investigar como Dilma Rousseff é linguisticamente julgada, especialmente pela representatividade que tem, nacional e internacionalmente, como mulher e como política, bem como pelos estudos que temos realizado sobre a presidenta (NUNES, 2012; NUNES & CABRAL, 2013; NUNES & SOUZA, 2013). Compartilhamos da opinião de Barbara e Gomes (2010, p. 68), quando defendem que “mulheres em cargos públicos constantemente tornam-se alvo de postura e comentários que não são feitos aos homens que ocupam os mesmos cargos”.

Avaliação na linguagem

No campo dos estudos da linguagem, várias pesquisas já foram desenvolvidas tendo como foco a avaliação. Estudos iniciais sobre esse tema foram realizados por diversos estudiosos, tendo em vista que a linguagem proporciona que, através dela, expressemos nossas opiniões. Biber *et al* (1999) já explicava que os posicionamentos consistiam na manifestação de atitudes, emoções, avaliações e julgamentos. White (2003) afirmava que os posicionamentos conferiam uma forte natureza dialógica à voz do falante/escritor. Precht (2007) vinculava a capacidade de se posicionar à comunicação de informações extraconceituais.

O termo avaliação propriamente dito foi o cerne de diversos estudos, tais como os de Ochs (1989), Ochs e Schiefflen (1989), Haviland (1989), Besnier (1989), Biber e Finegan (1989), Thompson e Hunston (1999), que investigaram o afeto; de Givón (1982), Haviland (1989), Biber e Finegan (1989), Chafe e Nichols (1986) e Precht (2003) que estudaram a evidencialidade; de Hunston (1999), Precht (2003), White (2003) que desenvolveram estudos sobre opinião e de Halliday (1994) e White (2003) que investigaram a modalidade.

Em 2005, Jim Martin e Peter White desenvolveram o Sistema de Avaliatividade, inicialmente traduzido em português como Teoria da Valoração, a qual se abriga no aparato teórico da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004). As categorizações da abordagem do Sistema de Avaliatividade (nome que hoje lhe é atribuído) estão reunidas na obra *The Language of Evaluation: Appraisal in English* (MARTIN & WHITE, 2005).

No Brasil, vários estudos em avaliatividade vêm sendo desenvolvidos. Destacamos os trabalhos de Orlando Vian Jr., um dos maiores pesquisadores do Sistema de Avaliatividade em nosso país. Vian Jr., juntamente com Anderson A. Souza e Fabíola S. D. P. Almeida, organizou o livro *A linguagem da avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade*. Essa obra, além de ser o primeiro livro em português sobre o tema, é uma referência para estudos em avaliatividade na língua portuguesa.

Para fundamentar teoricamente este estudo, apresentamos, inicialmente, algumas considerações acerca do Sistema de Avaliatividade, especialmente da categoria semântica de julgamento, com base em Martin & White (2005), White (2004), Cabral (2009), Vian Jr. (2010), Almeida (2010) e Ikeda (2010). Em seguida, na apresentação da nossa metodologia,

abordamos a concepção de gênero, seguindo Miller (1984), e tratamos do gênero editorial, com base em Melo (1994) e Rystrom (1993).

O Sistema de Avaliatividade

De acordo com a perspectiva sistêmico-funcional, a linguagem é constituída de três estratos: fonologia/grafologia (nível dos sons e das letras), léxico-gramática (nível da oração) e semântico-discursivo (nível do significado), todos envolvidos pelo contexto. De acordo com Vian Jr. (2010, p. 21), “ao selecionar o léxico avaliativo quando julgamos algo, partimos de sistemas semânticos, que são realizados léxico-gramaticalmente de forma a reforçarmos, ampliarmos ou minorarmos, reduzirmos, aquilo que avaliamos”.

Com base nisso, a linguagem desempenha três metafunções: ideacional (representação do mundo), interpessoal (relações entre as pessoas) e textual (organização da linguagem). A avaliatividade situa-se na metafunção interpessoal, pois essa metafunção expressa a participação dos interlocutores em um texto, podendo “indicar como eles aprovam ou desaprovam, entusiasmam-se ou odeiam, aplaudem ou criticam os seres e os fatos do contexto social, e como esses agentes constroem a identidade de seus leitores/ouvintes” (CABRAL, 2007, p. 53). Por conta disso, a avaliatividade é considerada uma realização da metafunção interpessoal da linguagem.

Cada uma das metafunções da linguagem relaciona-se a uma das variáveis de contexto (campo, relações e modo), tão importante na abordagem sistêmico-funcional. A teoria hallidayana engloba duas concepções de contexto: o contexto de cultura e o de situação. O contexto de cultura é mais amplo, relativo ao conjunto de crenças, valores, ideologias de uma dada comunidade. O contexto de situação, por sua vez, diz respeito ao âmbito imediato em que um texto está funcionando e apresenta três variáveis: campo (o que está acontecendo), relações (quem são os participantes envolvidos) e modo (como a linguagem se organiza no texto). Assim, a variável campo está para a metafunção ideacional, a variável relações está para a metafunção interpessoal e a variável modo, para a metafunção textual. A investigação desses dados contextuais é imprescindível em análises com base sistêmico-funcional.

O Sistema de Avaliatividade (MARTIN & WHITE, 2005) é constituído de um conjunto de significados interpessoais e embasado pela gramática sistêmico-funcional

(HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004). Esse sistema propõe categorias que classificam os recursos linguísticos que empregamos em nossas avaliações sobre eventos, objetos e indivíduos e seus comportamentos, assim como analisa a perspectiva que adotamos em nossos textos. White (2004) explica que essa abordagem “apresenta técnicas para analisar, de forma sistemática, como a avaliação e a perspectiva operam em textos completos e em grupos de textos de qualquer registro” (p. 177). Uma das preocupações da avaliatividade é como os falantes ou escritores aprovam ou desaprovam algo e de que maneira convencem seus ouvintes ou leitores a fazerem o mesmo.

O Sistema de Avaliatividade abrange três subsistemas: atitude, engajamento e gradação, e cada um apresenta categorias semânticas específicas. A atitude trata dos significados interpessoais, sendo responsável pelas avaliações positivas e negativas a indivíduos, objetos e eventos; esse subsistema compreende as categorias de afeto (expressão de emoções), julgamento (avaliações ao comportamento humano) e apreciação (atribuição de valor estético a um ser). O engajamento, por sua vez, está preocupado com em que medida o falante/escritor está se alinhando (ou não) aos posicionamentos de outros falantes/escritores em seu texto (que pode ser oral ou escrito); dessa forma, o engajamento diz respeito às vozes que permeiam o texto, em termos de monoglossia e heteroglossia. A gradação, por fim, é capaz de aumentar ou diminuir o grau das avaliações e envolve a força e o foco da avaliação.

O subsistema atitude: a categoria semântica julgamento

A categoria semântica de julgamento, pertencente ao subsistema de atitude, é manifestada com o objetivo de avaliar, positiva ou negativamente, o comportamento dos indivíduos. Ou seja, é a região do significado que trata das atitudes de como as pessoas se comportam. Léxico-gramaticalmente, essa categoria pode se manifestar por itens lexicais, por orações ou por complexos oracionais, desde que apresentem avaliações ao comportamento humano. White (2004, p. 179) explica que o julgamento se justifica em termos de “aprovação/condenação do comportamento humano através de referências à aceitabilidade e às normas sociais; avaliações do caráter de alguém, ou do quanto essa pessoa se aproxima das expectativas e exigências sociais”.

A categoria de julgamento manifesta-se em sanção social ou estima social. Os julgamentos de sanção social envolvem as regras de uma dada cultura, considerando a Igreja ou o Estado, com implicações legais e morais. Segundo Martin & White (2005, p. 52), “a sanção social é mais frequentemente codificada por escrito, como editais, decretos, normas, regulamentos e leis sobre como se comportar como vigiado pela Igreja e pelo Estado”. Assim, se alguém foge às regras estabelecidas por essas instituições, comete pecados ou crimes.

Já os julgamentos de estima social não envolvem questões legais e um indivíduo pode ser apenas rebaixado ou elevado em sua comunidade. Sobre a estima social, os autores assim se posicionam: “tende a ser policiada na cultura oral, através de bate-papos, fofocas, piadas e histórias de vários tipos” (MARTIN & WHITE, 2005, p. 52). Segundo Cabral (2007, p. 59), os valores de estima social “são importantes para a formação das redes sociais (família, amigos, colegas, etc.)”.

O julgamento de sanção social realiza-se por propriedade (o indivíduo é ético?) e veracidade (o indivíduo é verdadeiro, é sincero?). Já o julgamento de estima social manifesta-se por normalidade (o comportamento do indivíduo é comum, normal?), capacidade (o indivíduo é capaz, competente?) e tenacidade (o indivíduo é persistente?).

As manifestações de julgamento de estima e de sanção social dizem respeito a regras de comportamento que dão orientação aos indivíduos em termos de como devem ou não se comportar em sociedade. Sendo assim, a posição do avaliador é imprescindível para julgar, de modo positivo ou negativo, as ações de uma pessoa. Corroborando essa ideia, Ikeda (2010, p.173) destaca que, por ser um sistema de posicionamento atitudinal, o julgamento “é, por definição, formatado pela situação cultural e ideológica em que opera”.

Há três maneiras de indicar o julgamento: de modo explícito (inscrito), provocado e implícito (evocado). O julgamento explícito ou inscrito é manifestado de maneira clara, direta, explícita, por meio de expressões evidentemente avaliativas. O julgamento provocado não é manifestado explicitamente, mas apresenta conotações que expressam julgamentos. Ele está entre o inscrito e o evocado, pois manifesta, vagamente, marcas de avaliatividade em relação a algo; sua manifestação não é explícita e tampouco completamente implícita. O julgamento implícito (evocado) ativa valores de modo superficial e neutro, e a percepção dessas avaliações dependerá da posição cultural, social e ideológica que o leitor/ouvinte ocupa.

Metodologia

Neste estudo, adotamos a concepção retórica de gêneros, que tem Carolyn Miller como principal representante. Miller (1984, p. 151) afirma que o gênero está associado a uma situação recorrente e que representa uma ação retórica tipificada. Assim, os gêneros têm caráter retórico e dinâmico, envolvem temas, propósitos e participantes e se estabelecem em uma determinada situação retórica e em um contexto.

Conforme mencionamos anteriormente, a avaliatividade atenta para como os falantes ou escritores aprovam ou desaprovam algo e de que maneira convencem seus ouvintes ou leitores a fazerem o mesmo. Isso está diretamente relacionado com o objetivo do editorial, que é um gênero que prioriza a avaliação, já que, segundo afirma Melo (1994, p. 95), trata-se do “gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. De acordo com Rystrom (1993, p.3), “um papel do editorial é reforçar e ajudar a esclarecer as opiniões que já estão detidas. Outra função é chamar a atenção da comunidade para os problemas, projetos e situações e pressionar para ação comunitária”. Cabe ao editorial, portanto, expor e difundir a opinião do jornal, buscando persuadir seus leitores.

Com base nisso, apresentamos, nesta pesquisa, a análise de um editorial intitulado *Diplomacia da cachaça*. O texto foi publicado na edição *online* do jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 11 de abril de 2012, e possui 642 palavras. O estudo é qualiquantitativo. Realizamos, manualmente, duas análises: a contextual e a textual.

Na análise contextual, identificamos as variáveis contextuais, campo, relações e modo, no editorial analisado. Na análise textual, inicialmente, identificamos as manifestações de julgamento. Em seguida, fazemos a distinção entre as ocorrências de julgamento de estima social e de sanção social. Logo depois, classificamos os julgamentos de estima social em capacidade, tenacidade e normalidade, bem como os de sanção social em veracidade e propriedade. Por fim, interpretamos esses resultados. Consideramos, em nossa análise, as manifestações de julgamento em que Dilma Rousseff é avaliada explícita e implicitamente. Nos fragmentos apresentados na análise, destacamos em negrito as ocorrências de julgamento.

Resultados e discussão

Análise contextual

Entendemos que todo texto é influenciado pelo contexto em que se insere. Dessa forma, é fundamental a análise contextual do editorial analisado. Apresentamos, a seguir, uma breve investigação dos elementos situacionais que constituem o editorial *Diplomacia da cachaça*.

Em relação à variável *campo*, verificamos que o texto apresenta avaliações acerca do comportamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em uma reunião com o Presidente dos EUA, Barack Obama, na Casa Branca, sede do governo americano. No que se refere à variável *relações*, observamos que interagem, no texto, o editorialista e os leitores do jornal; há uma relação de hierarquia (maior conhecimento do editorialista sobre os fatos abordados nos editoriais) e a distância social entre eles é máxima (o público-alvo é desconhecido). Considerando os participantes do texto, a presidenta Dilma interage com o presidente dos EUA, Barack Obama, e com jornalistas em entrevista coletiva (distância social mínima). Em relação à variável *modo*, constatamos que o canal é gráfico, o meio é escrito, através de um recurso digital; a linguagem tem papel constitutivo e é avaliativa.

A análise das variáveis contextuais auxilia-nos na compreensão do assunto desenvolvido, do modo de exposição textual, bem como das seleções linguísticas utilizadas no gênero, tendo em vista que *O Estado de S. Paulo* é um jornal de elite, que possui um público selecionado e conservador.

Análise das manifestações de julgamento

No editorial analisado, *Diplomacia da cachaça*, identificamos catorze ocorrências de julgamento em relação à atuação da Presidenta Dilma Rousseff, todas classificadas como estima social, sendo sete do tipo tenacidade, cinco do tipo capacidade e duas de normalidade. Dessa forma, o julgamento de estima social de tenacidade foi o mais frequente no texto, conforme evidenciado pelos fragmentos exemplificados abaixo.

- (1) Na entrevista coletiva depois do encontro fechado, a presidente Dilma Rousseff **retomou a pregação** contra a política dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa, **protestando mais uma vez** contra a grande emissão de dinheiro, ou, em sua terminologia predileta, contra o tsunami monetário criado por essa política.
- (2) **À sua maneira, a presidente Dilma Rousseff repete as perorações** do ministro da Fazenda, Guido Mantega, contra o que ele chama de guerra cambial, movida pelas autoridades do mundo rico.
- (3) **A arenga foi repetida na Casa Branca, diante da imprensa**, e a presidente Dilma Rousseff aproveitou a ocasião para apontar aos líderes do mundo rico sua responsabilidade pela recuperação da economia global.
- (4) **Bateu-se, mais uma vez**, na tecla da ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da pretensão brasileira a um lugar permanente.
- (5) **A presidente Dilma Rousseff voltou a tocar num dos temas prediletos da diplomacia petista, insistindo** na participação de Cuba nos eventos diplomáticos do hemisfério, como a Cúpula das Américas, marcada para este fim de semana em Cartagena, na Colômbia.

A partir das escolhas léxico-gramaticais que constituem as sete manifestações de julgamento/tenacidade, identificamos que a Presidenta Dilma Rousseff é julgada como alguém que retoma insistentemente as mesmas ideias. As formas verbais “retomou” (1), “protestando” (1) e “bateu-se” (4) - todas acompanhadas do elemento de gradação “mais uma vez”-, “repete” (2), “foi repetida” (3), “voltou a tocar” e “insistindo” (5) expressam o quão tenaz a presidenta se mostra em relação àquilo que defende verbalmente. No entanto, as ocorrências desse tipo de julgamento indicam que a persistência que Dilma demonstra não é avaliada positivamente. Ao empregar essas exaustivas repetições, o editorialista sugere que o discurso da presidenta é ineficiente, num momento em que ela defende ações que parecem não ser prioritárias para a ocasião. Para o jornalista, Dilma não consegue alcançar os efeitos esperados por não tratar assuntos à altura do evento. Isso indica que o editorial analisado pretende transmitir a opinião de que a presidenta não atua com a eficiência esperada de uma representante de um país como o Brasil.

Entretanto, verificamos que nem sempre as manifestações de julgamento em relação à Presidenta Dilma estão indicadas de modo explícito no texto. Observamos que nas orações “a arenga foi repetida na Casa Branca, diante da imprensa [...]” (3) e “bateu-se, mais uma vez [...]” (4), uma construção passiva e uma oração cujo agente é omitido, respectivamente, não temos explicitamente elementos léxico-gramaticais expressando que as ações tenham sido realizadas por Dilma. Porém, chegamos a esse entendimento através de evidências contextuais

percebidas durante a leitura do texto, quando concluímos que, metaforicamente, as avaliações são dirigidas a ela. Nessas passagens, ao não apresentá-la como agente de suas ações, o editorial parece buscar a depreciação da atuação da presidenta.

Em relação ao julgamento de estima social do tipo capacidade, verificamos cinco ocorrências, como ilustram os fragmentos que seguem.

- (6) **Nenhuma grande questão comercial foi examinada**, embora os Estados Unidos sejam o maior mercado consumidor do globo e tenham sido, até há poucos anos, o maior parceiro comercial do Brasil.
- (7) **Poucos assuntos à altura de um encontro do mais alto nível entraram na agenda levada a Washington pela presidente brasileira.**
- (8) A arenga foi repetida na Casa Branca, diante da imprensa, e **a presidente Dilma Rousseff aproveitou a ocasião para apontar aos líderes do mundo rico sua responsabilidade pela recuperação da economia global. Todos são responsáveis, evidentemente, mas não tem sentido cobrar do presidente americano uma alteração da política monetária.**
- (9) As ações do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) estão fora da alçada da Casa Branca e **a presidente Dilma Rousseff parece ter esquecido esse detalhe.**
- (10) **Também na parte política a viagem pouco rendeu.**

Novamente, elementos contextuais evidenciam marcas de julgamento implícito no editorial analisado; nas passagens apresentadas nos exemplos 6, 7 e 10 isso fica subentendido. Em “nenhuma grande questão comercial foi examinada [...]” (6), está implícito que os assuntos tratados foram aqueles sem a importância necessária para o momento. No excerto “poucos assuntos à altura de um encontro do mais alto nível entraram na agenda levada a Washington pela presidente brasileira” (7), entendemos que a avaliação é dirigida à agenda da presidenta; podemos pressupor, então, a avaliação de que a presidenta não foi capaz de organizar uma agenda com assuntos relevantes para aquela ocasião. Semelhantemente, em relação à oração “também na parte política a viagem pouco rendeu” (10), a avaliação negativa é direcionada para a viagem; entretanto, levamos em conta que se trata da viagem realizada pela presidenta. Dessa forma, consideramos que, nesses três excertos, há referência implícita a Dilma Rousseff.

As manifestações de julgamento de estima social do tipo capacidade evidenciam que a Presidenta Dilma é julgada pelo editorial como alguém incompetente ao tratar de questões diplomáticas importantes para o Brasil. Excertos que fazem referência ao fato de não abordar

nenhuma questão realmente importante para a ocasião (6) somado à inabilidade em organizar uma agenda adequada ao evento (7), à incapacidade em perceber que assuntos relativos ao Federal Reserve não são de responsabilidade do governo americano (9) e ao fato de sua viagem, politicamente, pouco ter rendido (10) demonstram isso. O julgamento de estima social do tipo capacidade ainda é manifestado quando o editorialista faz referência ao fato de a presidenta ter apontado “aos líderes do mundo rico sua responsabilidade pela recuperação da economia global” (8), ou seja, ela teve capacidade para fazer essa observação, mas sua atitude não foi avaliada como positiva pelo editorialista.

Entendemos que a opinião a ser difundida nessas passagens que indicam ocorrências explícitas e implícitas de julgamento de estima social do tipo capacidade é a de que Dilma Rousseff não foi suficientemente competente em suas ações. Ela também é julgada como alguém que não age com a competência que deve ser característica de uma Presidenta da República.

Identificamos, ainda, duas ocorrências de julgamento de estima social do tipo normalidade, conforme os excertos que seguem.

(11) Poucos assuntos à altura de um encontro do mais alto nível entraram na agenda levada a Washington pela presidente brasileira. Um deles foi a suspensão da compra de aviões da Embraer pela Força Aérea dos Estados Unidos. **Tocou-se no assunto em conversa reservada. Nenhuma referência ao tema foi feita publicamente.**

(12) **Ela evita a expressão guerra cambial, sem deixar, no entanto, de classificar a depreciação do euro e do dólar** como uma forma de protecionismo comercial.

Nos fragmentos acima, observamos que os julgamentos em relação ao comportamento de Dilma se manifestam, respectivamente, de modo implícito e explícito. No primeiro excerto (11), os elementos contextuais indicam que as ações de “tocar no assunto” e de “não fazer nenhuma referência ao tema publicamente” foram desempenhadas pela presidenta, já que, léxico-gramaticalmente, temos a forma verbal “tocou” acompanhada do item lexical “se” (recurso utilizado para apagar o agente) e seguida de uma oração na forma passiva sem a presença do seu agente. Dessa forma, entendemos que, implicitamente, o julgamento é dirigido à presidenta. Essa passagem sugere, novamente, o objetivo do editorial, que é depreciar a atuação da presidenta, anulando sua capacidade de ação.

Em (11), identificamos que há uma ocorrência de julgamento de estima social do tipo normalidade pelo fato de o comportamento de Dilma ser entendido como anormal, já que um assunto de tanta importância normalmente seria mais amplamente divulgado. Já em (12), percebemos que o fato de Dilma evitar “a expressão guerra cambial, sem deixar, no entanto, de classificar a depreciação do dólar [...]” é avaliado como algo normal, usual, um comportamento que ela costuma ter sempre.

Considerações finais

O julgamento é uma categoria semântica pertencente ao subsistema atitude do Sistema de Avaliatividade e que avalia, positiva ou negativamente, de maneira explícita, provocada ou implícita, o comportamento dos indivíduos, em termos de sanção social e de estima social. O editorial é um gênero da esfera jornalística que prioriza a avaliação. Identificamos, no editorial *Diplomacia da cachaça*, catorze ocorrências de julgamento em relação à atuação da Presidenta Dilma Rousseff. Todas essas ocorrências são de estima social e aparecem de maneira explícita ou implícita, predominando a tenacidade, seguida da capacidade e da normalidade.

A partir das escolhas léxico-gramaticais feitas pelo editorialista e, conseqüentemente, das ocorrências de julgamento de estima social que identificamos, constatamos que as ações da presidenta são julgadas negativamente no texto. Para o jornalista, a tenacidade manifestada no discurso da presidenta evidencia que ela comportou-se, naquela ocasião, como alguém que retoma insistentemente os mesmos argumentos, repetindo as mesmas ideias, as quais parecem não ser prioritárias para aquele evento. O discurso de Dilma parece ser avaliado como ineficiente. Além disso, sobressai-se também a avaliação de que a presidenta é incompetente quando trata de relações internacionais, já que, em certos momentos, não agiu da maneira esperada para uma Chefe de Estado.

Retomando fatores contextuais, não podemos esquecer que o jornal *O Estado de S. Paulo* tem como audiência um público conservador, tradicional, atento a assuntos que envolvam a política e a economia do país e que, por isso, valoriza a tenacidade e a capacidade de nossos governantes.

Referências

ALMEIDA, F. S. D. P. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. *A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010, p. 99 – 112.

BARBARA, L.; GOMES, M. C. A. A representação de Dilma Rousseff pela mídia brasileira: analisando os processos verbais. *Letras*, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 67–92, jan./jun. 2010. Disponível em: < http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r40/artigo_04.pdf>. Acesso em 16 de março de 2013. ISSN 1519-3985.

BESNIER, N. Literacy and feelings: thee coding of affect in Nukulaelae letters. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n.1, p. 69-91, 1989. ISSN 0165-4888.

BIBER *et al.* *The longman grammar of spoken and written English*. London: Longman, 1999.

BIBER, D.; FINEGAN, E. Styles of stance in English: lexical and grammatical marking of evidentiality and affect. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n.1, p. 93-124, 1989. ISSN 0165-4888.

CABRAL, S. R. S. *A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração*. Santa Maria: UFSM, 2007. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, 2007. Disponível em: < http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1698>. Acesso em 06 de março de 2013.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. *Evidentiality: the linguistic code of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1986.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Routledge, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. Hodder Education, 2004.

HAVILAND, J. B. ‘Sure, sure’: evidence and affect. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n.1, p.27-68, 1989. ISSN 0165-4888.

IKEDA, S. N. O julgamento na argumentação de um editorial. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. *A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010, p. 167 – 188.

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em 11 de abril de 2012.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave, 2005.

MELO, J. M. *A opinião do jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2 Ed., 1994.

MILLER, C. *Genre as social action*. Quarterly Journal of Speech, v. 70 (2), p. 151 – 167, 1984. Disponível em: <<http://www4.ncsu.edu/~crmiller/Publications/MillerQJS84.pdf>>. Acesso em 29 de março de 2013. ISSN 0033-5630.

NUNES, G. N. Avaliatividade em um editorial: os julgamentos para Dilma. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM LETRAS – LÍNGUA E LITERATURA NA (PÓS-) MODERNIDADE, XII, 2012, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria, Unifra. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/inletras2012/Trabalhos/4611.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

NUNES, G. N.; CABRAL, S. R. S. Avaliatividade e julgamento: uma análise de texto. *Nonada Letras em Revista*, Porto Alegre: UniRitter, 2013 (no prelo).

NUNES, G. N.; SOUZA, J. A. Interpessoalidade em capas de revista: um estudo à luz da Gramática do Design Visual. *Revista Expressão*, Santa Maria: UFSM, 2013 (no prelo).

OCHS, E. Introduction. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n.1, p.1-5, 1989. ISSN 0165-4888.

OCHS, E.; SCHIEFFLEN, B. Language has a heart. In: OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n.1, p.7-25, 1989. ISSN 0165-4888.

PRECHT, K. *Gender differences and similarities in stance in informal American conversation*. Disponível em: <<http://www.kprecht.net/Mywordk/Precht%2520Gender%25202006.pdf%253E>> . Acesso em 02 de fevereiro de 2007.

PRECHT, K. Stance moods in spoken English: evidentiality and affect in British and American conversation. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23(2), p. 239-257, 2003. ISSN 0165-4888.

RYSTROM, K. *The why and How of the Editorial Page*. USA: Strata Publishing Company, 2ª Ed., 1993.

THOMPSON, G.; HUNSTON, S. Evaluation: a introduction. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

VIAN JR. O. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. *A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010, p. 19 – 29.

WHITE, P. Valoração – A linguagem da avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n.esp., 2004, p. 178-205. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/295/314>. Acesso em 29 de março de 2013. ISSN 1518-7632.

_____. Beyond modality and hedging: a dialogic view of the language of intersubjective stance. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), p. 259-284, 2003. ISSN 0165-4888.

Anexo

Diplomacia da cachaça

O reconhecimento da cachaça como produto brasileiro e do bourbon como produto americano foi o evento mais notável da visita da presidente Dilma Rousseff à capital do país mais rico e mais poderoso do mundo. Nenhuma grande questão comercial foi examinada, embora os Estados Unidos sejam o maior mercado consumidor do globo e tenham sido, até há poucos anos, o maior parceiro comercial do Brasil.

Essa posição é hoje ocupada pela China, não só porque os brasileiros ampliaram e diversificaram suas parcerias, mas também porque o intercâmbio com o mercado americano foi deixado em plano secundário, a partir de 2003, nas preocupações da diplomacia comercial de Brasília. Poucos assuntos à altura de um encontro do mais alto nível entraram na agenda levada a Washington pela presidente brasileira. Um deles foi a suspensão da compra de aviões da Embraer pela Força Aérea dos Estados Unidos. Tocou-se no assunto em conversa reservada. Nenhuma referência ao tema foi feita publicamente.

Na entrevista coletiva depois do encontro fechado, a presidente Dilma Rousseff retomou a pregação contra a política dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa, protestando mais uma vez contra a grande emissão de dinheiro, ou, em sua terminologia predileta, contra o tsunami monetário criado por essa política.

À sua maneira, a presidente Dilma Rousseff repete as perorações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, contra o que ele chama de guerra cambial, movida pelas autoridades do mundo rico. Ela evita a expressão guerra cambial, sem deixar, no entanto, de classificar a depreciação do euro e do dólar como uma forma de protecionismo comercial.

A arenga foi repetida na Casa Branca, diante da imprensa, e a presidente Dilma Rousseff aproveitou a ocasião para apontar aos líderes do mundo rico sua responsabilidade pela recuperação da economia global. Todos são responsáveis, evidentemente, mas não tem sentido cobrar do presidente americano uma alteração da política monetária. As ações do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) estão fora da alçada da Casa Branca e a presidente Dilma Rousseff parece ter esquecido esse detalhe. Mas a política monetária poderia ser mais moderada, segundo seu argumento, se o Tesouro gastasse mais para estimular a economia. O presidente Obama sabe disso e o orçamento de seu governo já é muito deficitário.

Também na parte política a viagem pouco rendeu. Bateu-se, mais uma vez, na tecla da ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da pretensão brasileira a um lugar permanente. O comunicado emitido em nome dos dois presidentes foi tão chocho, quanto a esse tema, quanto havia sido no fim da visita de Obama ao Brasil, no ano passado. O presidente americano manifestou, mais uma vez, seu "apreço" pela pretensão brasileira. Em relação à reforma do Conselho, ambos concordaram com uma ampliação "limitada", na versão em português, ou "modest", segundo o texto em inglês. A informação teria sido mais clara e mais realista com uma tradução literal da palavra "modest".

O entusiasmo do governo americano em relação a alterações no Conselho de Segurança continua mínimo e isso é especialmente compreensível quando se trata da pretensão brasileira. A presidente Dilma Rousseff voltou a tocar num dos temas prediletos da diplomacia petista, insistindo na participação de Cuba nos eventos diplomáticos do hemisfério, como a Cúpula das Américas, marcada para este fim de semana em Cartagena, na Colômbia. Pelo menos a política nuclear do Irã ficou fora da conversa, segundo a presidente. Talvez tenha faltado tempo.

Houve referências à possível participação americana em projetos brasileiros de infraestrutura e na exploração do pré-sal. O tema é importante, mas a conversa parece ter ficado nas generalidades. A visita serviu principalmente, segundo alguns analistas, para mostrar uma evolução nas relações bilaterais, agora menos tensas do que no período do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pode ser, mas essa melhora pouco valerá sem uma agenda econômica mais ambiciosa e muito mais pragmática.